Devemos, pois, limitar-nos à observação final de que nós, com o que foi dito, não contestamos a nova *communis opinio* da identidade da elevação e ascensão; contudo, levámos a cabo alguma diferenciação, de maneira a que ela possa fazer justiça ao relato de Lucas, já em si mesmo diferenciado. A composição lucânica pode compreender-se como uma explicação teológica e narrativa objectiva do querigma da elevação, próprio da comunidade cristã primitiva. Ela anuncia que a elevação de Jesus Cristo é, ao mesmo tempo, a elevação para Deus do homem e da sua história. Manifesta-se assim como mensagem da esperança de que, no fim dos dias, também a nossa história se há-de enlaçar com a vida do mundo que há-de vir.

Walter Kasper

Trad. de Artur Morão

TL 4468

A IGREJA CATÓLICA E TIMOR LESTE

FACTOS E DOCUMENTOS

Em Novembro de 1983 a *Conferência Episcopal da Indonésia*, num gesto de coragem, tornou pública uma carta dirigida ao Administrador Apostólico de Dili e aos sacerdotes e religiosos daquela diocese. Tratava-se, na prática, duma resposta a uma carta do clero de Dili a que adiante faremos referência. O texto dos bispos é redigido numa linguagem cuidadosa. Mas esse cuidado torna-se perfeitamente compreensível se nos lembrarmos que a comunidade católica na Indonésia é apenas 2% duma população maioritariamente muçulmana, e que o regime é uma ditadura radicalmente conservadora (em Março de 84 o Arcebispo resignatário de Semarang apontou como 500.000 o número apróximado de vítimas duma ofensiva anti-comunista «a maior parte dos quais eram agricultores pobres e trabalhadores que não faziam ideia do que é o Comunismo» [1]). Neste contexto é um gesto ousado o testemunho público de solidariedade com a população de Timor Leste por parte dos bispos da Indonésia, e adquire em relevo particular sua afirmação de que «esta luta trará grandes bençãos não só para o povo de Timor Leste, mas será também fonte de muitas graças para a Igreja na Indonésia.»

A 28.3.84 também a *Conferência Episcopal Portuguesa* se pronunciava, em nota da sua Comissão Permanente, afirmando a sua «viva e profunda

[1] *The Tablet*, 238 (31.3.84), p. 311

solidariedade» com o povo de Timor Oriental. Publicada imediatemente após a divulgação duma carta da *Comissão Nacional Justiça e Paz* sobre a mesma questão (21.3.84), a nota dos bispos portugueses faz notar que «também é da Igreja a dor do povo timorense» vítima dum «genocídio físico» e dum «genocídio, digamos, 'cultural'» que o tem tornado comparticipante da paixão de Cristo.

Dias antes a *Amnistia Internacional* lançara um apelo mundial em favor do P. Domingos Soares. Jovem padre, regressara a Timor em 1981 depois de concluídos os seus estudos em Portugal. Foi preso em Janeiro passado pelos militares indonésios. Desde então, e apesar dos esforços desenvolvidos por Mons. Carlos Filipe Belo, Administrador Apostólico da diocese de Dili, nada se sabe a seu respeito.

Estes acontecimentos são só os mais recentes numa longa tragédia de nove anos, de que muitos se encontram alheados por falta de informação objectiva. Por essa razão, e pelo significado eclesial dos textos das duas Conferências Episcopais, a COMMUNIO decidiu publicá-las na íntegra, antecedidas duma breve introdução na base da carta do clero de Dili: desafio lançado à Igreja Universal a partir de dentro da comunidade cristã e da situação vivida naquele pequeno território.

A estes elementos de reflexão juntamos o testemunho pessoal dum timorense.

*
* *

Em 1976 o Núncio Apostólico em Jakarta e os bispos da Indonésia diziam ao clero de Timor Leste que a Igreja nada teria a recear da integração da colónia portuguesa naquele país. Apesar da Indonésia ser um país essencialmente islâmico, estavam convencidos de que não haveria perseguição religiosa.

De facto poderá dizer-se que não houve uma perseguição religiosa. Mas a Igreja em Timor acabou por sofrer o que sofreu todo o povo daquele território: igrejas, seminários, escolas foram bombardeadas, incendiadas e devastadas, como o foram as casas da maioria dos timorenses. Se os padres foram relativamente poupados, numerosos foram os fieis mortos:

> É um desafio e um teste para nós, religiosos, o eco de 90.000 mártires católicos que caíram neste últimos 5 anos em Timor Leste. A Igreja que vive é só a Igreja que põe em prática a fé do seu povo e é capaz de exprimir aquilo que ele sente, vive e sofre.

Assim escreveram em documento colectivo de 1981 os padres da diocese de Dili.

Neste documento, redigido «na base da reflexão profunda de todos nós, tanto no meio dos nossos grupos (comunidades cristãs) como entre todos nós (religiosos e religiosas)» e destinado aos religiosos indonésios, afirmavam:

> Todos teremos de realizar que o Exército Nacional da Indonésia que libertou a Indonésia do poder colonial de uma maneira espantosa, nunca libertará o povo de Timor Leste da sua condição colonial para a autonomia e independência nacional, porque a sua situação e realidade são muito diferentes. Aquilo que tem acontecido durante estes cinco anos é muito significativamente: invasão, guerra, pilhagem, a destruição da população indígena, sujeição territorial, exploração colonial, a expulsão da população indígena, que é substituída por pessoas de outras ilhas, ocupação militar, tentativas de mobilização massiva de pessoas (dos 12 aos 55 anos) para fazerem a guerra entre si.
>
> Actualmente, a vontade do povo de Timor Leste, aliás como desde o início, é ter o direito de determinar o seu próprio destino e não os massacres em massa que têm sido levados a cabo pelos seus vizinhos... O povo está consciente de que a sua fé vem de Deus, cuja palavra toma a forma de justiça social. Esta justiça decorre da justiça de Deus na sua relação com o seu povo. Esta justiça deve ser construída pelo próprio povo, baseado na fé e cooperação com Deus.
>
> Para nós, viver a fé sem sério empenhamento na construção da justiça social é o mesmo que tornar a fé meramente estrangeira e mística. Criar justiça com o presente governo indonésio não é possível, apesar de o povo desejar intensamente a justiça.
>
> As nossas ligações com a Igreja Universal, com os religiosos e o vasto mundo foram repentinamente cortadas. Somos os religiosos de Timor Leste que, juntos com o nosso povo, fomos lançados no vazio e alienação durante 6 anos, até que nos tornámos a *Igreja silenciosa de Timor Leste.*
>
> Estamos conscientes de que estamos a ser «persuadidos» a ter relações com a Igreja na Indonésia, porque é a Igreja mais próxima e a que está autorizada pelo governo e o exército a estreitar relações connosco. Esperamos que a «persuasão» se desenvolva num sentido honesto, tanto do nosso lado, religiosos de Timor Leste, como dos religiosos da Indonésia, ambos baseados numa fé que nos ajude a tornarmo-nos solidários na Igreja.
>
> Também confessamos que ainda não compreendemos porque razão a Igreja indonésia e a Igreja Romana não declaram oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro. Vendo a extensão da tragédia do povo de Timor Leste, que se tem arrastado ao longo de 6

anos, fazendo um número de vítimas superiores a 200.000 pessoas, incidente conhecido em todo o mundo, ficamos assombrados com o silêncio que parece permitir-nos morrer traídos. Pòr isso organizámos este diálogo com sinceridade de coração, esperando ser compreendidos ou, se necessário, perdoados na fé [2].

Durante 6 anos o Administrador Apostólico de Dili, Mons. da Costa Lopes, interveio junto dos militares e do governo da Indonésia em favor dos direitos do seu povo, especialmente do seu direito à vida. Se conseguiu, pontualmente, salvar vidas, verificou também que essa acção não alterava o progressivo genocídio levado a cabo pelos ocupantes. Em 1981, perante 13.000 fiéis participantes numa peregrinação em honra de N. S. de Fátima, Mons. Lopes denunciou os crimes e pediu ajuda alimentar à Cáritas Australiana. Foi, desde então, considerado como inimigo pelos indonésios que tudo fizeram para afastá-lo, desde campanhas em Timor: «o bispo está velho e doente» ou «ele é um mentiroso», até pressões junto da Santa Sé.

Em Maio de 1983 Mons. Lopes foi substituído pelo P. Carlos Filipe Belo, indicado pelo Núncio por ter vivido fora de Timor os terríveis anos que seguiram a invasão.

O novo responsável pela diocese de Dili seguiu o caminho aberto pelo seu antecessor. Perante o sofrimento do povo não havia alternativa. Os próprios bispos da Indonésia o reconhecem publicamente na carta que a seguir transcrevemos, e que é testemunho de como a comunhão eclesial pode superar clivagens entre povos em conflito e apontar caminhos de reconciliação e de paz; caminhos que se fundam necessariamente no respeito mútuo, no diálogo e na procura sincera da justiça.

Peter Stilwell

---

[2] Citamos abundantemente este documento por ser, ao nosso conhecimento, o único saído do conjunto da comunidade católica de Timor Leste. Encontra-se publicado na íntegra in *A Paz é Possível em Timor Leste*, n.º 1 (1983), boletim bimensal editado por um grupo do mesmo nome.

CARTA DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA INDONÉSIA

Ao Administrador Apostólico da Diocese de Dili, Mons. Carlos Filipe Belo, e aos Sacerdotes, Irmãos e Irmãs da Diocese de Dili

PAX CHRISTI!

Encheram-se de gratidão os nossos corações, quando o Pastor da Diocese de Dili, Mons. Carlos Filipe Belo, a quem muito respeitamos, acedeu ao nosso convite, em atitude de amor fraterno, e esteve presente na Assembleia da Conferência Episcopal da Indonésia realizada em Novembro de 1983.

Foi-nos assim possível escutá-lo directamente a respeito da situação e sobre os verdadeiros sentimentos do povo e dos católicos de Timor Leste. Pudemos meditar sobre as condições de vida do povo e dos nossos irmãos na fé, a quem abraçamos no coração como amigos e irmãos, partilhando inteiramente da sua alegria e da sua tristeza.

Na pessoa do Pastor da Igreja de Timor Leste encontramo-nos com todos, mas de modo especial com os que sofrem, com os que têm sido feridos no corpo ou no espírito, com os que perderam pais, filhos, parentes e amigos, com os que perderam os seus haveres, com os que perderam os meios de ganhar a vida, e mesmo com os que perderam a própria vida. Não exageramos ao dizer que nós, católicos da Indonésia, estamos sempre próximos em oração e em obras, de Monsenhor, dos seus antecessores , dos sacerdotes, Irmãos, Irmãs e de todos os católicos da diocese de Dili. Nunca vos esquecemos.

Rezamos por todos os que sofrem: que lhes seja dada a fortaleza de corpo e de espírito, e permaneça firme a sua fé. Jamais foi infrutífero o sacrifício que se funda na Fé, na Esperança e no Amor.

Não queríamos que esta solidariedade e preocupação com a Igreja e o povo de Timor Leste fossem interpretados como um qualquer movimento inspirado em considerações terrenas. As nossas atitudes e actuações estão alicerçadas na «índole e natureza colegial da Ordem episcopal que, desde os tempos remotos, se expressa na comunicação dos Bispos do Mundo inteiro entre si e com o Bispo de Roma, através dos vínculos da unidade, da caridade e da paz» (Lumen Gentium, 22). De igual modo, existe uma relação entre os Fiéis de todos os lugares.

É por isso que não podemos recusar enfrentar os acontecimentos que estão a afectar o povo, sobretudo aquelas ocorrências que determinam o bem-estar ou a miséria das multidões envolvidas em cruel opressão, ou que dela são vítimas.

De acordo, pois, com a vontade dos Padres do Concílio, voltamos a

afirmar que «a missão e a competência da Igreja não pode confundir-se de modo nenhum com a comunidade política nem está ligada a nenhum sistema sistema político» (Gaudium et Spes, 76).

Baseada nos factores acima referidos, e apesar de todas as restrições, a Igreja Católica na Indonésia, sempre consciente de que o nosso Fundador e Salvador Jesus Cristo ama toda a humanidade, desenvolve os esforços possíveis por expressar a sua solidariedade e amizade aos fiéis e ao povo de Timor Leste, esmagados física e espiritualmente sob as mais duras provações.

É-nos dito que «todos os que se dedicam ao ministério da Palavra de Deus usem os caminhos e os meios próprios do Evangelho, os quais, em muitos pontos, são diferentes dos meios empregados pela cidade terrestre» (Gaudium et Spes, 76). Apresentamos aos fiéis e ao povo de Timor Leste o dom mais precioso que a Igreja na Indonésia e as Igrejas noutras partes do mundo vos podem oferecer: «contribuir para que floresçam a justiça e a caridade dentro de cada nação e entre as nações» (Gaudium et Spes, 76). E oferecemo-lo juntamente com o auxílio necessário para se atingir aquela harmonia apontada pelo nosso primeiro mestre, Jesus Cristo. Esforçamo-nos para, com urgência e no respeito por todos, se conseguir antes de mais um regresso à paz para quantos actualmente se encontram em guerra. De diversas formas temos tentado assegurar na prática o reconhecimento e o respeito pelo que é mais sagrado para o povo de Timor Leste: a sua religião, a sua família e a sua terra. Por outras palavras, o respeito pelos direitos à propriedade pessoal, pelo valor da vida e da dignidade da pessoa humana, e um comportamento civilizado e justo.

Para além disto, pedimos também a compreensão de todos os que controlam as instâncias de decisão para o seguinte: quaisquer mudanças no sentido duma melhoria na situação só serão bem sucedidas se forem efectuadas num espírito de honestidade.

Temos consciência que o caminho da justiça e da paz exige um sacrifício extraordinário dos sentimentos. Também acreditamos que o respeito por cada uma das partes brilhará com maior clareza se tiverem coragem suficiente para, num espírito de nobreza e de heroísmo, respeitarem a dignidade humana da outra parte. «Também àqueles que pensam e fazem de modo diferente do nosso em matéria social, política e, inclusivamente, religiosa, deve estender-se o respeito e a caridade» (Gaudium et Spes, 28).

Acreditamos que, há já algum tempo mas de modo especial neste momento, a raiz da questão encontra-se na capacidade de compreender o universo de razão e sentimentos da outra parte, o que é de facto o mais elementar, o menos complexo, o mais humanitário. E pensamos que a capacidade de compreender as atitudes fundamentais das pessoas, as mais elementares e humanitárias, está ainda presente de ambos os lados actual-

mente em confronto, mas que ao longo destes oito anos no fundo têm estado a procurar atingir a harmonia, a justiça e a paz.

A compaixão e a solidariedade da Igreja na Indonésia e noutros países para com os nossos irmãos e irmãs de Timor Leste que estão a sofrer, têm-se expressado não só pela oração mas pela ajuda material, embora devamos em consciência confessar ter sido uma mera gota de água perante o oceano de dor suportado pelos nossos irmãos e irmãs.

Correspondendo aos pedidos do dirigente da Igreja em Timor Leste procuramos prestar uma atenção especial à educação das crianças e à formação da juventude da diocese de Dili, revitalizando as escolas. Encaminhamos fundos particularmente para os orfãos, que perderam os seus pais, a fim de ser aliviada a sua triste sorte.

Não estão esquecidas as viúvas e as jovens, feridas física e espiritualmente, a quem apoiamos através duma formação técnica de forma a virem a tornar-se auto-suficientes. Tanto quanto o permitem as nossas limitações, temos enviado medicamentos para os doentes e para os feridos. Em preparação para os dias em que prevalecerá a paz, procuramos fornecer instrumentos e equipamentos para os trabalhadores que procuram um modo de ganhar o seu sustento. Embora em número relativamente reduzido, temos preparado professores e outros para colaborarem com os católicos de Timor Leste no esforço por responder às carências da diocese de Dili.

Aquilo que até agora temos feito tem, na verdade, muito pouco sentido quando o comparamos às grandes carências e ao elevado número dos nossos irmãos e irmãs que sofrem. Apesar disso, sempre que vós, Monsenhor, ou os vossos Sacerdotes, Irmãos, Irmãs, ou os vossos católicos de Timor Leste sentirem a necessidade de nos chamar, estamos sempre prontos a apoiar, na medida das nossas capacidades, os esforços da diocese de Dili; quer com oração, com auxílio material, ou com pessoas. Fazemos esta oferta no desejo de encontrar um caminho para o povo e os católicos de Timor Leste atingirem um nível de vida que possibilite sentirem-se livres e em paz, capazes de realizar a sua vocação de vida de forma digna dos filhos e filhas bem-amados de Deus.

Queríamos insistir convosco, Monsenhor, e com os vossos sacerdotes, Irmãos e Irmãs a quem amamos, tudo o que possamos ter feito ou venhamos ainda a fazer em favor do povo e dos católicos de Timor Leste, não resulta de qualquer sentimento de superioridade nem da abundância dos bens materiais.

Pedimos ao Senhor que nos ajude a ser servos do amor, no espírito de S. Paulo, e a nossa contribuição «não socorra apenas as necessidades dos crentes, mas dê ainda motivo para muitas graças a Deus» (2 Co 9, 12).

Ao terminar, erguemos a nossa esperança para Deus, Nosso Pai, para Jesus Cristo, Salvador da humanidade, e para todos os que se esforçam pela

paz. Pedimos que nunca tenhamos medo ao ponto de deixarmos de procurar um caminho para a paz e uma forma de evitar o sacrifício de mais vítimas no futuro. Rezamos e esperamos por uma paz duradoira e um regresso à verdadeira harmonia. Como afirmaram os Padres do Concílio: «A paz não é unicamente a ausência da guerra, nem se reduz ao mero equilíbrio de forças adversas, nem provém de uma ditadura, mas define-se, com razão e propriedade, 'obra de justiça'» (Gaudium et Spes, 78; Yes. 32, 7)*.

No caminho para este objectivo a Igreja em Timor Leste, que se encontra unida cristãmente na Fé, na Esperança e no Amor, será a vanguarda, mantendo-se com fortaleza até serem atingidos os ideais atrás referidos. Esta luta trará grandes bençãos não só para o povo de Timor Leste, mas será também fonte de muitas graças para a Igreja na Indonésia.

Que a graça e o amor do Pai vos protejam e fortifiquem, Monsenhor, e aos vossos Sacerdotes, Irmãos, Irmãs, e a todos os nossos irmãos e irmãs na Fé. Que possais receber consolação e fortaleza. O Espírito Santo vos guie e nos conduza a todos para o caminho da verdade.

Unimo-nos a vós, irmãos e irmãs nossos, e com Cristo na oração e no Santo Sacrifício.

Jakarta, 17 de Novembro, 1983
Saudações Fraternas em Cristo
Mons. F. X. Hadisumarta, O. Carm.
Presidente
Mons. Leo Soekoto, S.J.
Secretário

* Nota do Tradutor: a segunda parte desta citação, «Yes. 32, 7» é transcrita tal como aparece na tradução oficial em inglês da responsabilidade da Conferência Episcopal da Indonésia; não parece referir-se ao número 32 e 7 da Gaudium et Spes, nem parece ser uma citação bíblica.

NOTA DO CONSELHO PERMANENTE DO EPISCOPADO PORTUGUÊS SOBRE A SITUAÇÃO DE TIMOR ORIENTAL

1. Em face das notícias que, ultimamente com mais frequência, nos vêm chegando de Timor Oriental, não pode o Episcopado português deixar de, em documento público, manifestar a sua viva e profunda solidariedade para com o povo desta martirizada terra, vítima de uma tragédia que há cerca de nove anos se abateu sobre ele e que por infelicidade perdura até aos nossos dias.

Na origem desta tragédia, que se traduz já em largos milhares de mortos, encontra-se um somatório de erros gravíssimos cometidos por parte de todos os intervenientes. Contudo, não pretendemos analisar até que ponto vão as responsabilidades de cada um; fazê-lo seria além de ocioso inoportuno, pois que, a nosso ver, a melhor forma de contribuir, como desejamos, para a rápida cessação de tanto sofrimento não é revolvendo feridas ainda mal saradas e reacender ódios porventura já meio adormecidos. Move-nos tão-somente o propósito de afirmar que também é da Igreja a dor do povo timorense.

2. Não obstante implicações de outra natureza que poderiam inventariar-se, é ilusório pensar que, por detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada.

Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio, digamos, «cultural», este mais grave do que o primeiro, porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras.

3. No drama de Timor, a Igreja portuguesa sente-se de certo modo em causa, pela responsabilidade histórica que, embora indirectamente, lhe coube na eclosão da sua consciência nacional.

Com efeito, a Timor chegaram os nossos missionários mais de um século antes do primeiro governador representando oficialmente a Coroa Portuguesa, de modo que este veio encontrar já cristianizada toda a aristocracia local e em vias de cristianização as massas populares. A cultura portuguesa estava, já então, consideravelmente divulgada, absorvida e fundida com a tradição local, constituindo parte integrante do património colectivo do povo timorense, bem aceite porque não imposta mas livremente assimilada.

Num território tão longínquo, tão pobre, tão acidentado, tão falto de meios materiais, a Igreja criou desde o século XVI escolas, seminários, conventos, em que a população nativa teve acesso, não só à mensagem cristã, como à transmissão gratuita de todas as formas do saber humano. Se,

devido à supressão das ordens religiosas em 1834, essa obra não teve a continuidade esperada, convém não esquecer que, a par dela, os missionários introduziram em Timor produtos, instrumentos e técnicas agrícolas, que permitiram à população timorense melhorar a sua alimentação e elevar o seu nível económico e o seu bem-estar material.

Disto, cremos, talvez nos pudéssemos gloriar. Mas preferimos antes gloriar-nos da fidelidade a Deus demonstrada por todos aqueles nossos irmãos timorenses que, pela provação, se têm tornado comparticipantes da paixão de Cristo e testemunho irrecusável de que entre eles a semente do Evangelho não caiu em vão.

4. Convicta, ao mesmo tempo, da autoridade divina que lhe advém da sua missão específica e da autoridade humana que lhe advém da sua actuação histórica em Timor, a Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ele possa, por si, em paz e em liberdade, determinar o seu futuro.

Por isso, enquanto, por um lado, denunciamos a odiosa exploração que alguns procuram fazer dos sofrimentos do povo timorense para fins de propaganda ideológica, saudamos, por outro, todos os esforços sinceros já desenvolvidos para encontrar para o problema solução justa. Em particular, juntamo-nos aos esforços da Santa Sé, na acção que ela não tem deixado de realizar, para alívio daquelas populações e em defesa dos seus direitos humanos e religiosos.

Apelamos para o Governo português, a quem histórica, moral e juridicamente incumbe ainda tal tarefa, para o Governo da Indonésia, potência ocupante, para as instâncias internacionais que possam agir como medianeiras, enfim, para os dirigentes políticos de Timor, na pátria ou no exílio, pedindo-lhes que se empenhem em pôr termo rápida e eficazmente a tão dolorosa situação, que parece eternizar-se. Salvaguardando os legítimos interesses de cada parte, assegure-se ao povo timorense a sua continuidade como entidade histórica, no respeito por si próprio e pelos povos seus vizinhos.

Finalmente, exortamos os fiéis a impetrarem o conforto e a misericórdia de Deus, para os que, em Timor, de um ou de outro modo, continuam a sofrer.

Lisboa, 28 de Março de 1984.

O CRISTÃO DE TIMOR E O PODER UM TESTEMUNHO

«A Igreja sempre desejou participar na vida e contribuir para o desenvolvimento dos Povos e das Nações». E o Papa continua: «A Igreja respeita todo e qualquer estado legítimo» (Alocução ao Corpo Diplomático, 20 de Outubro de 1978).

O Sumo Pontífice, com estas palavras, propõe ao poder não só o diálogo como oferece a contribuição da Igreja para criar e realizar a verdadeira felicidade do homem. Na verdade, «o poder é bom, na medida em que é desejado e exercido em vista ao bem comum» [1]. O Poder é mesmo necessário para o bom ordenamento da sociedade humana, porque ela é hierarquicamente organizada e estruturada. Mas, infelizmente, o poder deixa muitas vezes de ser meio para se transformar em fim. E Häring adverte com razão: «o poder não pode ser fim em si mesmo» [2]. Esse poder-fim justificaria todos os meios e desembocaria necessariamente na ditadura.

A forma mais pura do poder é o poder da verdade e do amor verdadeiro. Por isso, não poderá ser antagónico ao Evangelho. O Vat. II aconselha vivamente o cristão, na sua qualidade de «luz» e «sal», a participar activamente na construção do mundo: o homem «deve responder à sua vocação, empenhando-se no serviço de Deus e dos outros irmãos» (GS 31). O poder que se furta ao diálogo e que

[1] Bernard Häring. *A contestação dos não-violentos*. Trad. port., Perpétuo Socorro, Porto 1969, p. 16.

[2] Ibid., p. 16.

luta inclusivamente contra o Evangelho, perde a noção dos valores humanos, como a justiça, a liberdade e o amor. A mensagem do Evangelho deverá ser o guia da prática política, para poder refrear as paixões dos políticos. O Evangelho não destrói absolutamente nada, embora não deixe de transformar radicalmente as estruturas de injustiça e o ser íntimo de toda a realidade humana desvirtuada. Cristo veio criar um novo homem, segundo a linguagem de S. Paulo, uma nova humanidade.

Cristo entrou em Timor sem conflitos com o poder local e as tradições autóctones. Entrou sem violência na cultura do Povo de Timor. Entrou tranquilamente, como se estivesse em sua própria casa, como se tivesse conhecido o povo há muito tempo, desde toda a eternidade.

O Povo de Timor, com a excepção dalguns episódios pontuais e meramente conjunturais, recebeu a mensagem evangélica com a porta da sua alma totalmente franqueada.

Não somos só nós, os cristãos, a reconhecer a qualidade extraordinária do Evangelho de se adaptar a qualquer povo, a qualquer cultura, em qualquer época da história da humanidade, em qualquer lugar do universo. Seria interessante acompanhar Ernst Bloch, um dos neomarxistas contemporâneos, na sua reflexão sobre o poder de ubiquidade da Mensagem de Iahvé. As páginas do seu livro «Ateismo no Cristianismo» revelam-nos, embora com uma perspectiva meramente horizontalista, a admiração que o autor nutre pela Bíblia, em virtude da universalidade da sua mensagem e, de certa maneira, da sua superioridade sobre outras escrituras sagradas. Podemos ler algumas linhas: «É extraordinário verificar como a Bíblia e a sua linguagem conseguem falar a todos! Ela passou por tantas épocas históricas, por tantos países, tratando com eles como se lhe tivessem pertencido, desde a sua origem! Onde se pode encontrar uma história tão antiga, dum povo tão pequeno, exilado em terra estranha, à qual bastaria apenas ser escrita para obter o dom de ubiquidade não só em relação ao conteúdo como também à forma? Se a Bíblia encontra a sua pátria em qualquer parte do mundo, é porque ela se encontra maravilhosamente em sua casa» [3]. Por isso, há um Jesus branco para os brancos, um Jesus negro para os negros, um Jesus amarelo para os amarelos...

Cristo é tão timorense como qualquer outro timorense. Nasceu entre nós. Ou melhor: nascemos com Ele. Os portugueses levaram-nos a Sua Mensagem. Os portugueses regressaram. Ele ficou connosco, para se fazer um d'entre nós. Por isso, é pura demagogia política e ideológica falar-se do colonialis-

[3] Ernst Bloch, *Ateismo nel Cristianismo*, Trad. it., Feltrinelli, Milão 1980^5, pp. 49 ss.

mo português em Timor. O próprio Papa João Paulo II reconheceu claramente no seu discurso aos intelectuais e universitários, na Universidade de Coimbra: «É-me grato, neste momento, recordar a admirável obra civilizadora que os portugueses, juntamente com a evangelização, realizaram através dos séculos em todas as partes do mundo onde chegaram» [4].

De facto, não foi o poder dos reis portugueses que descobriu Timor. A descoberta de Timor foi obra de homens profundamente religiosos e cristãos, apesar do seu estatuto de leigos. Foram sob a bandeira da fé. Não é justo e honesto julgar esses homens com a mentalidade de hoje, sobretudo quando eivada de materialismo histórico. À frente desses homens iam os missionários, os mensageiros do Evangelho.

«Foram passando os anos num quadro histórico pouco menos do que nebuloso, até que por volta de 1556, aportou a esta ilha o P. Frei António Taveira... Tal acontecimento viria a ter maior repercussão na história das Ilhas de Solor e Timor. Dois séculos mais tarde, foi o P. António de S. Jacinto a quem se ficou a dever a sujeição de muitos regulados timorenses à Coroa Portuguesa» [5]. Foi uma constante na obra colonizadora dos portugueses. A docilidade dos povos conquistados ou descobertos à presença portuguesa devia-se mais à acção dos missionários do que a qualquer outro facto. Embora muitas vezes não fossem muito nítidos os limites da acção missionária e da conquista política, a verdade é que os timorenses reconheciam que a presença política portuguesa era apenas um dos aspectos da obra da evangelização dos missionários.

Não é necessário recuar muito na história de Timor para se reconhecer a pouca ou quase nenhuma influência da acção dos governantes portugueses na vida das populações autóctones de Timor. Vamos deter-nos apenas na primeira metade do nosso século. A presença do poder político português era somente simbólica. Os missionários eram os homens que trabalhavam no duro. Dedicavam-se inteira e desinteressadamente à promoção da população. A acção dos missionários estendia-se desde a catequese às escolas primárias espalhadas pelo interior da Ilha, à escola dos Professores Catequistas, ao Seminário, até inclusivamente a realizações de projectos sócio-económicos e agrícolas. Foram os missionários que introduziram muitas culturas em Timor, como o milho, por exemplo. Ao longo da história da humanidade, a Igreja dava grande importância à cultura, em-

[4] João Paulo II. *O Papa fala aos jovens*. Secretariado Diocesano de Educação Cristã da Juventude. Aveiro 1983, p. 32.

[5] A. T. de Matos. *Timor Português*, 1515-1769. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — Instituto Histórico Infante D. Henrique. Lisboa 1974, p. 38.

penhando-se em ser o fermento dessa mesma cultura, como é o caso da cultura europeia. Fez o mesmo em Timor.

Devemos recordar aqui, que só nos fins dos anos 50 é que o governo português criou em Timor o primeiro liceu, até ao 5.º ano. Na década de 60, as escolas primárias continuavam a ser obra exclusiva da Igreja. Os funcionários da classe média da administração portuguesa e do exército eram, na sua esmagadora maioria, antigos alunos do Seminário e das escolas missionárias católicas. O poder em presença, nessa mesma altura, sentiu-se ameaçado e ultrapassado pela acção da Igreja, e, surpreendido pelo eclodir das guerrilhas na África portuguesa, viu-se na necessidade de adoptar uma nova estratégia política: controlar, quanto antes, a situação em Timor para evitar que acontecesse o mesmo que aconteceu em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. A tentativa do controle, da parte do governo, foi a de retirar da influência da Diocese as escolas primárias. Começou a surgir, assim, o conflito surdo e camuflado entre a Igreja e o governo da Província. Devemos reconhecer que conflitos deste género, não obstante o lado negativo, têm algumas vantagens. No caso concreto de Timor, o conflito gerado entre o poder e a Igreja conseguiu fazer com que o próprio governo da Província, numa atitude de pura concorrência, duplicasse o número das suas escolas primárias, aumentasse as instalações do liceu para administrar cursos até ao 7.º ano e criasse a Escola Técnica do Prof. Silva e Cunha.

Entretanto, deu-se o Movimento do 25 de Abril. A oposição do novo poder era clara. Uma oposição emocional escapando quase ao controle da racionalidade. A reacção do povo cristão de Timor contra esta política fez-se sentir imediatamente. O conhecido verão quente de 75 não aconteceu só em Lisboa. Houve-o também em Timor. O Movimento das Forças Armadas teve muitas dificuldades em introduzir em Timor a sua prática e dialéctica política. Foi obrigado a inventar apressadamente novos métodos para criar situações de instabilidade e de confusão no estado mental do povo.

A invasão de Timor pelo poder militar da Indonésia foi um acontecimento deveras importante na medida em que o cristão timorense assumiu, com determinação, a sua consciência de cristão e, por cõnseguinte, reconheceu a diferença fundamental que o separa do povo islâmico indonésio. A Indonésia tem procurado afincadamente, desde o início da sua independência em 1945, um motivo intrínseco para a unidade de todos os povos que, tão diferentes na cultura, raça e história, formam o império indonésio. Os 5 princípios de Pancasila pretenderiam ser o motor, a energia aglutinadora desta unidade. A coberto da universalidade destes 5 princípios, os suces-

sivos governos da Jakarta têm procurado e tentado sujeitar-lhes todas as religiões existentes no seu império. Por isso, os cristãos têm participado em todos os governos, chegando mesmo a ocupar posições de destaque no aparelho do poder.

Mas o cristão, quando é verdadeiro, constitui sempre um perigo para os governos com prática política totalitária. O governo de Jakarta sabe que o cristianismo é um adversário real e um perigo directo contra as suas pretensões políticas. Consciente desta realidade, o governo de Jakarta confiou habilidosamente a estratégia da anexação de Timor a um general cristão, Beni Mourdani.

Em relação à Igreja de Timor, adoptou, mais tarde, uma política de tolerância. Permitiu e favoreceu a tolerância religiosa. Por isso, o Vaticano tem assumido uma posição de prudência quanto à situação de Timor. Por um lado, não condena — nem sequer uma referência pública à questão da violação dos direitos humanos, como costuma fazer em relação à Polónia ou outros países da América Latina — a acção e política desumanas contra o povo cristão de Timor. Por outro lado, não cede à pressão da Indonésia no sentido de lhe dar cobertura à invasão de Timor.

Mas o Povo de Timor foi posto perante a guerra. Não podia aceitar uma política de tolerância ou de prudência. Trata-se de defender a sua identidade, identidade essa gerada pelo encontro entre a sua cultura e o Evangelho. O poder sabe que o cristão é corajoso quando se põe em causa a sua fé. Cristo continua ao lado do seu fiel até aos últimos tempos: «Eis que estou convosco todos os dias até ao fim do mundo» (Mt. 28, 19-20). Não há mísseis, não há bombas atómicas que possam destruir a força do Espírito de Cristo. Ele é o Consolador, o Paráclito, isto é, o «advogado» dos cristãos no tribunal do mundo (Jo. 14, 15-17, 25-26, etc.). Ser cristão é ser livre.

Mais do que ninguém, o cristão é aquele que mais sente, quase sensorialmente, na sua pele, as marcas da opressão, da ditadura e da falta de liberdade, tanto interna como externa. E isto pela simples razão de que o cristão é um homem livre, porque já foi libertado por Cristo, das cadeias internas do pecado: «já não existe, portanto, condenação alguma para os que estão em Cristo, porque a Lei do Espírito de vida em Cristo Jesus, libertou-me da lei do pecado e da morte» (Rom. 8, 1-2). Foi o Evangelho que purificou o conceito de liberdade dos seus elementos míticos e supersticiosos para o transformar numa verdadeira liberdade humana. Jean Galot comenta: «Ele significa, decerto, a libertação face à escravatura do pecado; mas igualmente significa toda essa restauração do homem que é colocado num estado superior àquele em que se encontrava antes da queda.» [4]. A consciência que o cristão tem da sua liberdade é cristã, não

meramente política. Por isso, voltamos a repetir, mais do que ninguém, o cristão é aquele que mais reage contra qualquer tentativa de lhe suprimir a liberdade.

É exactamente o que está a fazer o povo de Timor contra o regime de Jakarta. Apesar da fome que grassa em Timor, apesar do poder islâmico que seduz o povo com o seu dinheiro, o seu poder e outras propostas, o povo de Timor continua a crescer como comunidade cristã. Antes da guerra e da invasão, os cristãos eram 32%. Hoje em dia, são 49%, sem contar com os catecúmenos e os que ainda não têm a possibilidade de ouvir a mensagem do Evangelho, por falta de sacerdotes [7].

Quem diria que um povo tão pequeno, afastado geograficamente e isolado humanamente do mundo livre, confinado territorialmente com a potência invasora, pudesse ainda ter forças, para depois de tantos anos de luta resistir a um império de 150 milhões de habitantes e à terceira potência bélica da Oceania?

Qualquer ideologia política, exactamente porque é extrínseca ao ser mais intímo e mais profundo do homem, não terá suficiente energia espiritual para galvanizar toda essa dinâmica de resistência activa e passiva.

Só quem for de má fé ou ideologicamente tendencioso, poderá indentificar a luta do povo de Timor com determinada ideologia política. Será mais realista estabelecer o paralelismo entre a luta do povo da Polónia e da do Povo de Timor. Dada a exiguidade do espaço que nos é reservado, poderemos abordar este assunto noutra altura e noutro local. De qualquer maneira, fica desde já aberta a questão.

A luta contra a Indonésia é a luta do Povo Cristão Timorense, cristão baptizado ou cristão «anónimo». Na verdade, quando o Espírito do Evangelho assume o homem e a sua cultura, assume-os na sua totalidade, no seu ser mais íntimo e mais profundo. Por isso, o timorense é um homem novo com uma *nova* cultura, sem deixar de continuar a ser idêntica a si mesma. Esta cultura *nova*, este homem *novo* não poderão nunca identificar-se com a cultura islâmica e com o homem islâmico indonésio.

Paulo Pires *

---

[6] Jean Galot, *Le rédemption, mystère d'alliance*, Desclée de Brouwer, Paris 1965, p. 18.

[7] Como a lei da Indonésia obriga todos os cidadãos a declararem a sua religião, que figura no seu cartão de identidade, os timorenses declaram-se actualmente cristãos em massa, cerca de 98%, embora apenas 49% sejam efectivamente baptizados.

* Paulo Pires estudou filosofia e teologia em Portugal, tendo então regressado a Timor, donde é natural. Foi dirigente da LESVALT (Liga de Estudantes para a Valorização de Timor). Depois da invasão pela Indonésia e como refugiado, prosseguiu o estudo da filosofia em Roma, com uma bolsa do Vaticano.